



4801 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)  
GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

Educação escolar quilombola: um aprendizado em construção  
Kalyla Maroun - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
Antonio Jorge G Soares - UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
David Gonçalves Soares - UFF - Universidade Federal Fluminense  
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ e CNPQ

### Educação escolar quilombola: um aprendizado em construção

**Resumo:** O objetivo do trabalho é apresentar um panorama inicial acerca do processo de implementação de educação escolar quilombola em uma escola situada na comunidade quilombola intitulada Caveira/Botafogo, localizada no município de São Pedro da Aldeia (RJ). Realizamos oito visitas à escola e a comunidade, sendo cinco delas em dias regulares de aulas, duas em evento de festividade da consciência negra e uma delas para acompanhar um evento de formação continuada para a implementação da Lei Federal 10639/2003, oferecido pela secretaria municipal de educação. Os resultados indicam que os atores escolares tentam construir uma educação quilombola na tensão entre o que é universalizado nas formas e organizações escolares em relação aos conteúdos, aos saberes, à arquitetura, ao mobiliário, ao currículo e ao projeto político pedagógico, com o que é, de fato, singular, com aquilo que indiciam como cultura e saberes quilombolas.

**Palavras-chave:** Quilombo; Botafogo-Caveira; Escola Quilombola

#### Introdução

Este trabalho é fruto de um projeto de pesquisa que tem como objetivo apresentar um panorama inicial acerca do processo de implementação de educação escolar quilombola em uma escola situada na comunidade quilombola intitulada Caveira/Botafogo, localizada no município de São Pedro da Aldeia (RJ). Oriundo de um projeto 'guarda-chuva', que investiga a educação do corpo em diferentes contextos escolares, o que incluiu, dentre os campos empíricos, uma escola localizada em território quilombola, o presente resumo baseia-se na análise de dados empíricos acumulados desde agosto de 2017. Os trabalhos de campo realizados consistiram em oito visitas à escola, sendo cinco delas em dias regulares de aulas, duas em evento de festividade para comemoração do dia da consciência negra (nos anos de 2017 e 2018) e uma delas para acompanhar um evento de formação continuada para a implementação da Lei Federal 10639/2003, oferecido pela secretaria municipal de educação. Cada um desses trabalhos de campo contou com observação participante, recolhimento de material pedagógico e entrevistas com interlocutores que representam a instituição de ensino (direção e professores) e com aqueles que falam do 'lugar da comunidade'.

Para debatermos o tema da construção/implementação de uma educação escolar quilombola na instituição de ensino investigada, precisamos, primeiramente, compreender do que trata essa categoria. Do ponto de vista normativo (BRASIL, 2012), a educação escolar quilombola é uma modalidade de ensino que deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em territórios quilombolas (as consideradas escolas quilombolas, assim classificadas no Censo Escolar por estarem inseridas dentro desses territórios étnicos), ou que atendam alunos oriundos destes, nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. Ainda segundo o documento, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola devem fundamentar-se nas seguintes prerrogativas: 1) memória coletiva; 2) línguas remanescentes; 3) marcos civilizatórios; 4) práticas culturais; 5) tecnologias e formas de produção do trabalho; 6) acervos e repertórios orais; 7) festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; 8) territorialidade.

Do ponto de vista analítico, o campo de estudos da chamada educação escolar quilombola não apresenta um consenso quanto à definição desta categoria. Como descreve Arruti (2017, p.109): "a educação escolar quilombola não é nem uma realidade da qual possamos propor um retrato preciso, nem uma proposta pedagógica específica ou uma política pública definida". Nesse sentido, podemos dizer que a educação escolar quilombola é um objeto, ainda em construção, tanto no campo acadêmico como no campo empírico. Para Maroun e Carvalho (2017), que analisaram duas escolas quilombolas em contextos diferenciados por meio de etnografia, as experiências de educação escolar quilombola podem ser tão distintas quanto o próprio processo de formação e autoatribuição das próprias comunidades.

Diante dos argumentos trazidos até aqui, nos voltaremos à análise da educação escolar quilombola na comunidade Caveira/Botafogo, compreendendo-a como um aprendizado em construção, tanto por parte da comunidade escolar, quanto dos próprios quilombolas e não quilombolas que residem no referido território<sup>1</sup>.

#### Educação escolar quilombola: educação para a diversidade cultural ou educação diferenciada?

A diversidade cultural, especialmente com foco no debate étnico e racial, é um tema presente no campo das

políticas educacionais desde o final da década de 1990<sup>2</sup>, tendo tido maior visibilidade no governo Lula<sup>3</sup>. Para Moehlecke (2009) o conceito de diversidade articula-se à exigência de reconhecimento na esfera pública de grupos definidos como “minoritários”, em associação aos novos movimentos sociais de cunho identitário. Nesse sentido, a diversidade cultural poderia ser representada pelos modos de interação de determinados grupos sociais e seus respectivos aportes culturais, tendo como base a suposta universalidade cultural dos grupos dominantes, sobre a qual as particularidades seriam reconhecidas, valorizadas, para, então, serem assimiladas.

O que poderia ser compreendido como ‘educação diferenciada’, especialmente para a população quilombola, ganhou espaço na agenda dos últimos governos, tendo como marco a publicação de suas respectivas diretrizes curriculares no ano de 2012. As comunidades quilombolas pertencem à categoria de grupos étnicos, que se autoatribuem como tal a partir do compartilhamento de elementos identitários próprios - aquilo que os distinguem dos “outros” (BARTH, 2000). Nessa direção, devemos refletir sobre como a escola quilombola poderia servir-se de tais particularidades para pensar o currículo e suas práticas pedagógicas. Pois, para além do reconhecimento das diferenças no âmbito escolar, seria importante uma adequação das práticas escolares aos projetos políticos das comunidades quilombolas (ARRUTI, 2017). Diante do exposto, o seguinte desafio analítico é colocado no campo dos estudos sobre educação escolar quilombola: como conciliar o que é universalizado nas formas e organizações escolares em relação aos conteúdos, aos saberes, à arquitetura, ao mobiliário, ao currículo, ao projeto político pedagógico, dentre outros, com o que é, de fato, singular, quando tomamos este campo empírico como foco de investigação?

A Escola Municipal Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira foi fundada no ano de 2013 e atende da Educação Infantil ao segundo ano do Ensino Fundamental. A escola surge a partir de uma demanda da comunidade. Como nos conta um ancião: “essa escola aqui é uma vitória muito grande, é uma luta que muitos já tiveram, morreram e não alcançaram” (novembro de 2018).

A diretora confirma que a escola é classificada pelo censo escolar do INEP como escola quilombola. Vale lembrarmos que a simples classificação não comprova que haja um trabalho pedagógico voltado aos saberes tradicionais e às culturas quilombolas; além do fato que tais saberes tradicionais são ressignificações locais daquilo que é indiciado como cultura quilombola.

A imagem que se vê logo na entrada da porta principal da escola é uma espécie de quadro, cujos dizeres são “Bráfrica, a maior distância é o preconceito”, com as imagens do Brasil e do continente Africano. As paredes dispostas ao longo do corredor, que leva às salas de aula, ao refeitório, à biblioteca e aos banheiros, são decoradas com imagens que fazem alusão ao que poderíamos chamar de ‘africanidades’. Ainda no corredor, podemos ver os murais com os resultados dos trabalhos desenvolvidos ao longo dos trimestres. No ano de 2017 os temas trimestrais foram: “Mãe Negra sim”; “Lendas” (com ênfase na contação de histórias pelas pessoas da comunidade); “Consciência Negra”.

Na festa da consciência negra de 2017, todas as turmas da escola realizaram uma apresentação ao público no formato de desfile. Iniciado o desfile de uma aluna com a bandeira do Brasil, cada uma das turmas desfilou com a bandeira de um país africano. Além de estarem enrolados com as bandeiras, os alunos traziam plaquinhas penduradas ao pescoço com o nome dos países das respectivas bandeiras que carregavam.

A diretora nos conta que, ao ser convidada para assumir a direção da escola em 2016, viu-se desafiada, já que não tinha nenhum conhecimento sobre o que seria educação quilombola e, tampouco, sobre essa política educacional. Por vezes, ela e o corpo docente buscaram materiais na internet ou em feiras e livrarias para trabalhar a temática negra, afro e quilombola. Os atores escolares declaram que estão aprendendo a construir uma educação escolar quilombola, todavia, indicam que se ressentem da falta de parceria com a própria comunidade e da ausência de políticas locais da secretaria de educação municipal para formação continuada dos professores na perspectiva da educação quilombola. Os pesquisadores estiveram presentes em um dos raros encontros entre agentes da Secretaria Municipal e os professores da escola, no entanto, a tônica das palestras não forneceu elementos para uma leitura do movimento quilombola ou instrumentos pedagógicos para pensar um currículo quilombola adequado à perspectiva local.

Em contrapartida, a dinâmica escolar é fortemente marcada na reprodução da forma e da cultura escolar estandardizada. Observamos a presença do método do ensino simultâneo, a disposição espacial das carteiras em fileiras nas salas de aula, os deslocamentos em filas nos espaços escolares, a ênfase no ensino de conteúdos comuns a qualquer escola e o tipo de controle do tempo e espaço que se observa em nosso sistema de ensino. Isso não desqualifica os esforços que a comunidade escolar vem produzindo na busca de uma identidade pedagógica orientada pela classificação quilombola, como indicamos as ações observadas nesse sentido.

Com base nesses breves dados que representam alguns dos meandros da implementação, ainda em curso, da educação escolar quilombola no cenário pesquisado, ressaltamos que não nos cabe atestar positivamente ou negativamente sobre tal processo. Resta-nos refletir sobre os aprendizados, desafios, avanços e obstáculos que vêm sendo colocados para os atores escolares que vivem essa construção, apontando processos, escolhas e decisões, bem como os impactos destas para a população quilombola local.

## Referências

ARRUTI, J. M. Conceitos, normas e números: uma introdução à educação escolar quilombola. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 107-142, 2017.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000, p. 25-67.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. **Conselho Nacional de Educação - Câmara**

**de Educação Básica Brasília**, DF, Parecer nº 13, 2012.

MAROUN, K.; CARVALHO, E. Experiências de educação escolar quilombola: as relações entre escola e comunidade. **Revista da FAEEBA** - Educação e Contemporaneidade, v. 26, n. 49, p. 87-102, 2017.

MOEHLECKE, S. As políticas de diversidade na educação no governo lula. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n.137, p. 461-487, 2009.

<sup>1</sup> Vale destacar que os dados empíricos apontam que a comunidade contempla famílias do “tronco original” (fala nativa para designar as famílias que são descendentes dos africanos escravizados, representadas por três sobrenomes – Silveira, Santos e Marciano), e os “de fora”, que vieram a ocupar o território mais recentemente.

<sup>2</sup> Ver tema transversal Pluralidade Cultural publicado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

<sup>3</sup> Criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) (2003); Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) (2004); publicação da Lei 10639/2003 e suas respectivas Diretrizes Curriculares (2004).